

AS CONTRIBUIÇÕES DE MAX WEBER E KARL POLANYI AO DEBATE DO *OIKOS* A PARTIR DE SUAS CONCEPÇÕES DE ECONOMIA E DE MERCADO.

ALEXANDRE G. CARVALHO*

INTRODUÇÃO

Max Weber e Karl Polanyi tiveram uma importância capital nos desdobramentos do debate do *oikos*, iniciado na Alemanha na segunda metade do século XIX. Max Weber apresentou uma formulação mais sofisticada dos temas abordados por Karl Bücher e Eduard Meyer, protagonistas do debate do *oikos*. Sem se alinhar aos primitivistas e modernistas, mas estando aparentemente mais próximo dos primeiros, Weber pôs em relevo as características únicas da cultura antiga, afirmando a orientação político militar como força motriz da economia do mundo antigo. Seus trabalhos teóricos refletiram muitas das contribuições de autores neo-clássicos, particularmente de Carl Menger, economista austríaco que travou um turbulento debate com Smoller, representante da Escola Histórica de Economia, fortemente influenciada pela Tradição Histórica Alemã.

A inserção de Karl Polanyi ao debate do *oikos* indica a mudança do referencial historista, elemento central da ossatura historiográfica do idealismo, sua matriz filosófica, por um referencial antropológico. Contudo, apesar da mudança de referencial científico, não há uma ruptura violenta entre Polanyi e muitos dos autores paradigmáticos da Tradição Histórica Alemã, dentre eles: K. Bücher e Sombart, na esfera econômica; Toonies e Max Weber, na sociologia; e de forma mais direta, Thurnwald, na antropologia, aluno de Weber. Fora da Tradição Histórica Alemã, as maiores influências de Polanyi são: Aristóteles, Robert Owen, Malinowski – de quem Polanyi é apenas dois anos mais jovem – Radcliffe-Brown, Durkheim e Marcel Mauss.

* Professor Adjunto da área de História antiga e medieval do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Para entendermos o papel destes autores paradigmáticos no debate do *oikos*, procurando perceber suas confluências e divergências, iremos investigar os argumentos utilizados por Polanyi, e seus seguidores, para remover os resquícios formalistas do conceito de economia presente nos trabalhos de Weber e intelectuais sob sua influência, além de suas concepções acerca do mercado e das divergentes evoluções econômicas do ocidente e oriente no que tange às transações econômicas iniciadas no mundo antigo.

A DEFINIÇÃO DO ECONÔMICO

Polanyi nunca se encontrou com Weber e referências diretas sobre o trabalho de Weber nos escritos publicados de Polanyi são raros. Weber é mencionado por muitos como um dos precursores de Polanyi em seus estudos de história econômica, por sua abordagem institucional e histórica. Polanyi, entretanto, opunha-se à defesa do mercado feita por Weber, pois acreditava ser esta uma ilusão do século XIX. Para Polanyi não havia nada de inevitável, racional, progressivo ou natural sobre a ascensão do capitalismo mercantil. O capitalismo mercantil foi um projeto utópico e artificial, colocado em prática, durante todo o século XIX, pelo Estado e por forças interessadas em destruir a inclinação do homem à comunidade.

Os estudos de Weber e Polanyi levam-nos a uma investigação do debate travado por, duas correntes de pensamento acerca da definição de econômico. De um lado os *formalistas*, que atribuem à antropologia econômica o estudo de uma variedade de comportamentos humanos que consiste em combinar os meios determinados e escassos para atingir fins específicos. De outro, os *substantivistas*, que entendem ser a economia de uma sociedade as formas e as estruturas sociais da produção, da distribuição e da circulação dos bens materiais que caracterizam esta sociedade em um dado momento de sua existência (GODELIER, 1977: 40-42) Segundo Godelier, tanto os *substantivistas* quanto os *formalistas* descendem do *empirismo funcionalista*, predominante na economia e na antropologia anglo-saxônica, pois ambos convergem, como empiristas, em afirmar

que as coisas são o que bem parecem, que o salário é o preço do trabalho, que o trabalho é um fator de produção entre outros, que a fonte do valor das mercadorias não está, portanto, apenas no dispêndio de trabalho social, etc. (...) A diferença, entretanto, está em que os substantivistas se recusam a aplicar à análise de todos os sistemas econômicos estas categorias teóricas empíricas, cuja utilização restringe à análise das economias de mercado (GODELIER, 1977: 45).

Para Max Weber, a economia é, em termos específicos, uma relação humana que tem por base uma necessidade ou um complexo de necessidades que exigem satisfação. Tal satisfação exige uma reserva de meios e ações considerados escassos pelos agentes. Além disso, para que tenhamos um comportamento racional referente a fins, esta escassez deve ser *subjetivamente* suposta e as ações orientadas por este pressuposto (WEBER, 2004: 229). Outrossim, a economia exprime, também, uma relação social, pois implica em uma relatividade significativa a outrem, na qual a aquisição ou o uso de objetos desejados para satisfazer as necessidades

dão margem a uma atividade compreendendo de um lado uma exploração sob a forma de produção ou do trabalho organizado e do outro uma previsão com vistas a garantir o atendimento das necessidades sob as formas da provisão, do ganho ou, mais geralmente, de um poder capaz de dispor de bens (FREUND, 1980: 112).

Desta forma, a gestão econômica pode realizar-se sob dois aspectos. Em primeiro lugar, a “satisfação de uma dada necessidade própria, que pode referir-se a todos os fins concebíveis, da comida até a edificação religiosa, desde que sejam escassos os bens ou as possibilidades de ação exigida” (WEBER, 2004: 229). Aqui, é comum acentuar-se a satisfação das necessidades cotidianas, às chamadas necessidades materiais.

Orações e atos pios podem, de fato, também tornar-se objetos da economia, desde que as pessoas qualificadas a realizá-los e suas ações sejam escassas e, por isso, só possam estar disponíveis em troca de pagamento, assim como o pão de cada dia. Os desenhos dos bosquímanos, aos quais se atribui muitas vezes alto valor artístico, não são objetos da economia, nem sequer produtos de trabalho, em sentido econômico. Ao contrário, outros produtos da criação artística com valor muito menor podem tornar-se objetos de ações econômicas quando se apresenta a situação especificamente econômica de escassez em relação à demanda (WEBER, 2004: 229).

O outro tipo de gestão econômica está voltado para a aquisição. Aqui aproveita-se da situação especificamente econômica de escassez de bens desejados para se obter lucro pela disposição sobre estes bens (WEBER, 2004: 230).

Segundo Pearson, Weber faz parte de uma tradição de pensamento que acentua a preocupação pela forma racional de fazer as coisas, sejam quais forem os fins últimos

(PEARSON, 1976: 353-365). A importância atribuída por Weber à racionalidade capitalista assume um caráter teleológico. A leitura de alguns autores que participaram de **Trade and Market**, livro organizado por Polanyi, Arensberg e o próprio Pearson, evidencia e aprofunda com mais nitidez este caráter teleológico; todavia, estes trabalhos explicitam-nos o debate no qual as ideias de Weber estavam inseridas. Terrence Hopkins, por exemplo, afirma que o enfoque de Weber esboçava versões “ideais” dos diversos tipos de ação social que se davam nas esferas religiosa, política e econômica. Assim, a sociedade é concebida por diversas estruturas de relações sociais em que se produzem vários tipos de ações, sendo a economia a parte da sociedade constituída por ações racionais no contexto das relações impessoais (HOPKINS, 1976: 327). Esta concepção acentua, segundo Hopkins, a ação racional. As consequências desta formulação resultaram na ideia de que as economias que não se baseavam no mercado se apresentavam como meros apêndices compostos por formas aberrantes de partes correspondentes, em sua essência, à economia de mercado.

Polanyi e seus colaboradores procuram resolver o problema do lugar mutante que ocupa a economia na sociedade humana. Convergem com a ideia de que o estudo da economia deve ser feito dentro do contexto estrutural da sociedade e sua função universal é proporcionar à sociedade os meios de conseguir seus objetivos, adaptando-se por sua vez ao contexto de um meio ambiente exterior. Como são muitos os níveis de organização da sociedade que podem “participar” na realização desta função, nenhuma instituição, nenhuma unidade social concreta podem ser inteiras e unicamente econômicas: são realidades “multifuncionais” (PEARSON, 1976: 353-364). Contudo, para Parsons e Smelser, há uma tendência em todas as sociedades globais de “diferenciar-se em subsistemas com funções especializadas”. Porém, para Polanyi e seus partidários, a existência da economia como uma instituição separada, especializada nesta função, é uma exceção histórica e não o resultado da tendência de toda sociedade global. Essa ideia, para Godelier, deriva de uma visão romântica das sociedades pré-capitalistas e que não vem confirmada pela experiência (GODEIER, 1976: 13).

Hopkins também destaca o chamado “postulado da escassez”, como uma série de premissas cuidadosamente construída, para definir uma situação na qual se deduz logicamente o ato de escolha. Quando este postulado é introduzido na sociologia abandonam-se as premissas especificadoras, e o termo “escassez” acaba significando

simplesmente insuficiência. O resultado disso pode resultar em um argumento naturalista no qual subjaz a ideia de que se não há bastante, haverá guerra. Daí a conclusão de que os homens lutam pelo que está dado na natureza, vivendo ou não em sociedade. O autor nega a importância universal da “escassez” no funcionamento da economia, sem deixar de negar a importância de situações de escassez sob condições sociais específicas. Portanto, a presença de situações de escassez parece ser uma questão de grau (HOPKINS, 1976: 335-337).

Enquanto Weber e Pareto se ocuparam com o grau em que a racionalidade da economização com meios escassos pode estar presente na sociedade, Polanyi e seu grupo preocuparam-se com a forma de institucionalização das atividades econômicas reais. Cada objetivo, segundo Pearson, demanda um método diferente (HOPKINS, 1976: 363). Portanto, diante do exposto, o termo economia designa dois conceitos muito diferentes, um dos quais tem o significado formal de “economização” e o outro o empírico de “sustento” (HOPKINS, 1976: 318).

Passemos às considerações de Polanyi, que, em consonância com Hopkins, afirma que a economia é uma mescla de dois significados com raízes diferentes, que ele denomina de “real” e “formal” (POLANYI, 1976: 289).

A economia “real” deriva da dependência do homem com a natureza e com seus semelhantes para conseguir seu sustento. Refere-se ao intercâmbio com o meio natural e social, “na medida em que é esta atividade a que proporciona os meios para satisfazer as necessidades materiais.” (POLANYI, 1976: 289) O significado “real” ou “substantivo” nasce da dependência patente do homem pela sua sobrevivência, que se dá por uma interação institucionalizada entre os homens e seu meio natural. Assim, estudar a subsistência do homem (**The livelihood of man**) é estudar o processo que o supre com os meios de satisfazer suas carências (ou necessidades) materiais. Este é o sentido de econômico para Polanyi (POLANYI, 1977: 20). A concepção “real” ou “substantiva” é uma concepção empírica da economia. *A economia é portanto uma atividade institucionalizada de interação entre o homem e seu entorno que dá lugar a um fornecimento contínuo de meios materiais de satisfação das necessidades* (POLANYI, 1976: 293). Não é o processo econômico como um todo que se institucionaliza, mas sim, a parte composta por ações humanas.

A economia “real” ou “substantiva” constitui-se em dois níveis: a interação entre os homens e seus vizinhos, originando o conceito de “atividade”; e a institucionalização deste processo, originando o conceito de “institucionalização”. Estes níveis não são inseparáveis.

Portanto, a economia humana encontra-se integrada e submergida em instituições econômicas e não econômicas. Weber já havia percebido isto. Com efeito, a religião ou o governo podem ser tão importantes quanto às instituições monetárias para a estrutura econômica. O estudo do lugar cambiante que ocupa a economia na sociedade é a análise de como está institucionalizada a atividade econômica em diferentes épocas e lugares. O estudo de como estão institucionalizadas as economias deve começar pela forma como a economia adquire unidade e estabilidade, isto é, pela interdependência e a regularidade de suas partes. Tal unidade é resultado de formas de integração, que se manifestam juntas em diferentes níveis e em distintos setores, impossibilitando-nos selecionar uma delas como dominante para classificar os diferentes tipos de economias. (HOPKINS, 1976: 296).

Se a ideia de economia como um complexo de necessidades que exige satisfação é um traço comum na definição de economia entre Polanyi e Weber, por outro lado, a definição de Weber se aproxima muito mais dos formalistas ao acentuar a importância dos princípios da escolha e da escassez, enquanto, Polanyi preocupa-se com a sustentação material do homem.

O MERCADO, A ÁGORA E A PÓLIS.

A perspectiva *formalista* de Weber o levou a acreditar que não era possível encontrar o mercado no mundo antigo, pois o definia como o lugar do intercâmbio. Segundo esta corrente, estes elementos nunca estão dissociados. A vida econômica se reduz a atos de intercâmbio realizados por meio de regateio que se cristaliza no mercado. Assim o intercâmbio é a relação econômica e o mercado é a instituição econômica. Weber em suas considerações sobre o mercado, escritas em um capítulo inacabado de Economia e Sociedade, aproxima-se muito desta visão, pois, segundo ele, os membros do mercado competem por oportunidades de troca e o fenômeno específico

do mercado é o regateio. Weber chegou a ver diferentes tipos de mercado (local e externo), mas a ideia de racionalidade e impessoalidade, atrelada à troca, ao regateio e ao dinheiro é o elemento fundamental na sua definição de mercado.

Polanyi nega peremptoriamente que o mercado e o intercâmbio (troca) estejam inextricavelmente ligados. O intercâmbio é um movimento mútuo de apropriação de produtos entre sujeitos, feito por equivalências fixas ou negociadas. Só neste último caso há regateio entre as partes. Portanto, se há intercâmbios, há equivalências. Porém, somente o intercâmbio a preços negociados está limitado especificamente a uma determinada instituição, aos mercados criadores de preço (POLANYI, 1976: 311).

Neste sentido, o termo mercado não é definido *necessariamente* pelo mecanismo de oferta-demanda-preço, mas sim, por uma conjunção de características institucionais, chamadas de elementos de mercado. Em primeiro lugar, o mercado é constituído por um lugar, fisicamente presente; em segundo, por uma multidão de ofertantes e ou de demandantes. Essas multidões se definem como uma multidão de sujeitos desejosos de adquirir ou de desfazer-se de produtos no intercâmbio. A separação das multidões de ofertantes e demandantes configurou a organização de todos os mercados pré-modernos. Os intercâmbios podem se dar por equivalências fixas sob formas de integração caracterizada pela reciprocidade ou redistribuição, ou por equivalências negociadas, gerando uma forma específica de integração, o intercâmbio, com mercados criadores de preços. Só com estes elementos é que se pode falar de mercado. Finalmente, há os elementos funcionais, como a situação geográfica, os produtos que se trocam, os costumes e as leis.

A instituição de mercado tem dois desenvolvimentos diferentes: um externo à comunidade e o outro interno. O primeiro está intimamente ligado à aquisição de mercadorias de fora, enquanto o segundo, à distribuição local de alimentos. O desenvolvimento do tipo de mercado local, a *ágora*, na Grécia clássica, é, em primeiro lugar, uma reação às formas de distribuição feitas pelos *households* senhoriais, que contribuíram para enfraquecer as relações de reciprocidade tribais; e, em segundo, um meio pelo qual a democracia mantinha a subsistência de seus cidadãos. Segundo Polanyi, a *pólis* herdou as tradições tribais, tanto aristocráticas quanto democráticas, e

estabeleceu as condições para um tipo de redistribuição que se contrapôs aos efeitos demolidores dos *households* senhoriais auto-suficientes.

Estas condições foram criadas, em primeiro lugar, pela convicção dos gregos de que *pólis* era sinônimo de civilização. Conseqüentemente, a subordinação do indivíduo à *pólis*, ao Estado, era completa tanto na esfera política quanto militar, impedindo qualquer idéia de direitos individuais. Tal idéia, de uma responsabilidade total da *polis* sobre os cidadãos, estendeu-se ao plano econômico. Era vital para a *pólis* o controle da subsistência de seus cidadãos. O Estado coletava mercadorias, serviços, dinheiro, tesouro e grãos e os armazenava nos armazéns do Estado ou, em casos emergências, nos *households*. Mas, como redistribuir estas mercadorias em um sistema democrático? Como manter a igualdade e a participação dos cidadãos na política, sem deixá-los ficar a mercê de homens ricos sedentos de uma clientela própria por meio de distribuição de alimentos em seus próprios *households*? Finalmente, como evitar a instalação de uma burocracia, considerada como antítese da participação direta de todos os cidadãos na vida política?

A resposta foi o pagamento em dinheiro a todos os cidadãos que participavam nos cargos do Estado – tribunais, *boulé* e forças armadas - ou mesmo apenas nas assembléias, e a utilização deste dinheiro em um mercado local que vendesse alimentos a varejo. Porém, a distribuição de alimento por meio de um mercado não foi facilmente aceita pelas facções políticas mais conservadoras, que viam no mercado local uma forma de fortalecimento da facção política democrática e um enfraquecimento de seu poder político, pois criava uma alternativa à distribuição de alimento além dos *households* senhoriais. O contraste entre os dois centros de redistribuição: o *oikos* senhorial e a *pólis* democrática é mais claramente exposto no conflito entre Címon e Péricles. O primeiro, um rico líder conservador, convidava seus vizinhos e dependentes para refeições livres em seus domínios, além de um generoso desempenho de *liturgias*, enfraquecendo o poder político de Péricles, também um rico membro da aristocracia, que via nestas práticas um obstáculo para o desenvolvimento do sistema democrático. Daí o incentivo de Péricles às práticas do mercado local, a *ágora* (POLANYI, 1977: 178). Eis aqui, a junção do caráter político da *pólis*, - manter a subsistência de seus cidadãos -, com o papel redistributivo da *agora*.

A *ágora*, apesar de ser considerada como o “mercado de cidade” mais antigo do Ocidente, não foi historicamente um local de mercado, mas um lugar de encontros (POLANYI, 1968: 312). Diferente do planejamento burocrático em larga escala do Egito, o mercado local representava em Atenas um planejamento em pequena escala, contudo ocupava um lugar crucial para a constituição política da democracia da *pólis* (POLANYI, 1977: 167).

Polanyi, semelhante a Weber, também acredita que o mercado local nada tem haver com o comércio estrangeiro. Têm suas origens separadas e independentes. Havia uma separação institucional, não somente de comércio e comerciantes internos e externos, mas de seus lugares e preços.

As considerações de Polanyi sobre os mercados gregos acentuam sua recusa em associar “liberdade econômica” do capitalismo mercantil com liberdades pessoais e políticas. Apesar dos gregos terem inventado os mercados criadores de preço, com alguma expressão no final da Atenas Clássica, eles sempre tiveram um papel subordinado, pois foi somente no século XIX, que eles adquiririam autonomia. Dessa forma, não houve nenhuma ligação entre mercados e liberdades pessoais e políticas e outras realizações da Grécia clássica.

Vimos aqui, que Polanyi se diferencia de Weber, por entender que no mundo grego há mercados, contudo não com as mesmas características do mercado definido por Weber, que estava atado a uma visão *formalista* de mercado. Neste sentido, Polanyi avança, pois consegue encontrar uma “racionalidade” própria no mercado local grego, algo inconcebível na visão weberiana. Os elementos políticos não são, na concepção polanyiana, fatores de entrave para alcançar a “racionalidade” de mercado.

WEBER, A IMPORTÂNCIA DA *PÓLIS* E AS DIFERENÇAS ENTRE OCIDENTE E ORIENTE.

As análises mais específicas de Weber sobre a civilização grega antiga estão contidas em dois livros. O primeiro, **Agrarverhältnisse im Altertum**, inicialmente escrito em 1897, reescrito no ano seguinte e, finalmente, publicado em 1908, foi

traduzido para o inglês, em 1909, sob o título **The agrarian sociology of ancient civilizations** (WEBER, 1998: 37-79). Nele, Weber apresenta um painel amplo da organização econômica e social das sociedades do mundo antigo, e o que era pensado para ser um ensaio sobre a Grécia Antiga tornou-se uma obra de ambições muito mais amplas, última contribuição mais direta de Weber para a controvérsia do *oikos*.

O segundo livro, a sua grande obra **Economia e Sociedade**, produto de um outro momento da sua carreira intelectual, inicialmente pensado como uma coletânea, contém reflexões dispersas sobre a Grécia Antiga e nele as preocupações de Weber estão voltadas para o capitalismo moderno e as diversas formas de dominação, e o mundo antigo está inserido em uma análise comparativa mais ampla. Contudo, há no livro uma seção intitulada *dominação não legítima (a tipologia das cidades)* (WEBER, 2004: 408-517), escrito entre 1911-1913, com reflexões mais específicas e sistematizadas sobre a Grécia e Roma. Este texto contém uma série de reflexões já iniciadas em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, em que Weber aprofunda sua análise acerca da estrutura da cidade antiga, comparando-a com outros “tipos” de cidade, de outros períodos históricos, particularmente do período medieval.

Weber cede às críticas dos historiadores modernistas ao limitar a importância do *oikos* na economia do mundo antigo e ao seccionar a Antiguidade em zonas socioeconômicas e culturais distintas, em civilizações, em que cada uma passou por formas específicas de desenvolvimento. Finalmente, Weber dá um passo além dos primitivistas, ao separar a *pólis* clássica da economia do *oikos*, associando o declínio do *oikos* ao desenvolvimento da *polis* e, posteriormente, ao capitalismo. O *oikos* tem um papel de destaque na Grécia nos estágios iniciais, no Oriente Próximo e, no final da Antiguidade, no Império Romano. Esse papel do *oikos* está associado à realeza no Ocidente e Oriente, sendo, no entanto, interrompido no Ocidente com o surgimento da *pólis* aristocrática e a abolição da realeza.

Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, Weber aponta o desenvolvimento de um particularismo militar urbano da *pólis* grega como o principal elemento diferenciador das monarquias burocráticas do Oriente Próximo. Em contraste com o crescimento de um séqüito real extremamente dependente do rei no Oriente, na Grécia assistiu-se a uma dominação dos séqüitos reais e, conseqüentemente, ao

desenvolvimento de um exército recrutado entre os pequenos fazendeiros rurais que podiam prover seu próprio equipamento militar. Esta particularidade levou ao enfraquecimento do poder real e à ausência de burocracias reais e de grandes Estados, traço marcante do desenvolvimento das monarquias orientais (WEBER, 1998: 157-158).

A insistência em universalizar categorias como capitalismo, burocracia, feudalismo e mesmo “Ocidente” surge em **The agrarian sociology of ancient civilizations** pela comparação entre as *pólis* greco-romanas e as formações do Oriente Próximo. O capitalismo se tornou dominante no Ocidente, na medida em que o político assume um papel preponderante na análise das estruturas econômicas. O rompimento com a realeza no Ocidente, algo que não acontece no Oriente, abre caminho para o surgimento da *pólis* e do capitalismo. É só nas cidades-Estados que se desenvolvem novas formas de regra política, interação econômica, ou legitimação ideológica em entidades geopolíticas claramente diferenciadas.

Weber também propõe uma série de estágios de desenvolvimento para o Oriente Próximo, cujos tipos – da fortaleza real aos Estados autoritários litúrgicos ou reinos burocráticos – são formas de organização política em que a burocracia estatal, ao tempo em reprime o capitalismo, acentua e consolida o papel do *oikos* real, monopólio daquele que detém o poder político, ideológico e econômico e inclui o exército, a burocracia e o templo. Weber reemprega o *oikos*, diferente de Rodbertus e Bücher – que o definem como a principal instituição da civilização greco-romana – como predominante nas realezas burocráticas orientais e como um obstáculo ao surgimento da *polis* e desenvolvimento do capitalismo e feudalismo. A mudança de foco é o papel institucional do Estado – as realezas burocráticas – que determina o curso das transações econômicas em detrimento das forças mercantis. Weber rompe com o cerne da teoria evolucionista e abre um caminho de investigação que, posteriormente, seria explorado por Polanyi.

A linha de continuidade entre **The agrarian sociology of ancient civilizations** e **Economia e Sociedade** é o estudo dos fundamentos da cidade associados ao desenvolvimento também peculiar ao Ocidente. Contudo, neste livro, Weber deixa de ver as sociedades antigas sob uma perspectiva de um historiador da Antiguidade,

passando a vê-las, prioritariamente, como elementos comparativos de referência para uma melhor compreensão de peculiaridades do capitalismo moderno, da sua emergência e de seu futuro.

Em **Economia e Sociedade**, o nascimento das cidades é um fenômeno circunscrito inicialmente ao Ocidente, uma vez que ele está atrelado à presença de um exército auto-equipado, originário de um “estamento de guerreiros”, com autonomia militar do indivíduo perante o “senhor” e fomentador de uma comunidade política de cidadãos. A ausência de um aparato coativo burocrático, servil e dependente fortaleceu o grupo de guerreiros autônomos a quem o rei precisava recorrer para recrutar seus próprios órgãos administrativos, os dignitários e funcionários locais. Em suma, o nascimento de uma *confraternização* urbana sem impedimento de caráter mágico dos clãs ou das castas e a diferença da constituição *militar*, em particular a de seus fundamentos econômicos religiosos, surgiram inicialmente no Mediterrâneo e depois na Europa.

Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, em que o Oriente é o principal eixo comparativo, a ausência de burocracia é positivamente recebida; já em **Economia e Sociedade**, esta ausência significa a falta de um elemento para se alcançar um outro estágio mais complexo.

Assim, Weber procura demonstrar, particularmente em **Economia e sociedade**, que a forma de dominação política em que preponderavam os valores (*ethos*) de um estamento guerreiro criava obstáculos ao desenvolvimento das atividades econômicas racionais. Esta idéia não está ausente em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, contudo, aqui, Weber procura acentuar o papel pioneiro da *pólis* na formação de um tipo de capitalismo em contraposição ao do Oriente, como um estágio de desenvolvimento histórico “avançado”, enquanto, em **Economia e sociedade**, o capitalismo representa um momento ainda embrionário em relação ao capitalismo moderno.

A grande contribuição de Weber em relação à controvérsia do *oikos* é o redirecionamento do caráter “primitivo” do mundo antigo, deslocado do *oikos*, segundo ele, agora predominante no Oriente, para a *pólis*. Este redirecionamento levou-o a

explorar os traços distintivos da organização política da cidade-Estado para caracterizar suas formas de dominação e seu capitalismo.

POLANYI, O SURGIMENTO DAS TRANSAÇÕES ECONÔMICAS E O OCIDENTE E ORIENTE

Segundo Polanyi, nas sociedades primitivas, as transações econômicas não estão salvaguardadas em instituições especificamente econômicas. As transações econômicas estão imbricadas (*embedded*) na esfera do parentesco, do Estado, do mágico e da religião. Estas esferas são originadoras dos sistemas de *status*, dos quais as transações econômicas eventualmente tendem a desgarrar-se (POLANYI, 1977: 57).

A emergência das transações econômicas, segundo Polanyi, deve ser procurada a partir das formas integrativas das sociedades tribais e arcaicas, e não através da dissolução dos tabus e do nascimento dos instintos aquisitivos naturais dos homens. Diferente do que sugeria o racionalismo econômico do século XIX, a troca expandiu-se na economia quando podia servir a validação da comunidade; isto é, quando podia ser feita sem lucro. Isto foi conseguido por meio de equivalências. A troca era legitimada, na medida em que se estabelecia a equivalência daquilo que era trocado. Tal processo foi reconhecido pelo Estado mesopotâmico, no qual as equivalências eram legitimadas inclusive pelos representantes da divindade. No caso das pequenas cidades-Estados - como Atenas (parcialmente) e Israel, de tipo camponês, já são permitidas transações lucrativas, como meio de sobrevivência, feitas abertamente no mercado, sem a exclusão das equivalências. Contudo, a *ágora* ateniense, apesar de ter admitido a troca lucrativa entre seus membros, não conheceu a liberdade de comércio no sentido moderno, e a cidade-Estado continuou a praticar todas as prerrogativas do corpo tribal sobre seus membros. Tais desenvolvimentos desiguais das transações econômicas no tecido social resultam em desenvolvimentos políticos e econômicos diferenciados entre ocidente e oriente (POLANYI, 1977: 61-62).

O aumento das trocas, não necessariamente, exclui as equivalências, podendo produzir trocas equivalentes. As equivalências no mundo mesopotâmico envolviam quase todas as transações com mercadorias (preços), serviços (salários), uso de dinheiro

ou outros fundíveis sobre tempo (juros), uso de um bote, da terra ou casa (aluguel), e outros. Não havia, em nenhuma transação ou disposição, exploração de qualquer lado do tratante em detrimento da equivalência. O comércio natural, que, segundo Aristóteles repousa na premissa das exigências de auto-suficiência, equivale às trocas equivalentes.

A quebra dos tabus nas sociedades tribais quanto às transações econômicas abre caminho para o aumento da produção e consumo. Tal dissolução na sociedade tribal assume dois caminhos: ou a aceitação limitada e controlada de certos tipos de transações; ou a eliminação dos princípios de ganho de tais transações. O primeiro caminho é típico das sociedades camponesas pequenas, com a formação de mercados; e o outro, dos impérios arcaicos de irrigação. Há aqui uma aproximação, ainda que limitada, com Weber, em relação ao desenvolvimento do comércio. Weber, coerente com sua hipótese de “tipos” de capitalismo, indica uma atrofia das liberdades comerciais e do próprio capitalismo no Oriente, em virtude do fortalecimento do papel do Estado, e, por outro lado, enxerga a formação de um tipo de capitalismo no Ocidente - o político, no qual havia espaço para transações comerciais com fins lucrativos. Polanyi não trabalha com a idéia de “tipos” de capitalismo, mas sim, com a hipótese de que o papel econômico da justiça nos impérios arcaicos era sancionar as transações sem ganho, especialmente na agricultura, o que evitava o desenvolvimento de mercados. Esta sanção abriu caminho para linhas majoritariamente disposicionais, estando as formas transacionais senão excluídas, bem diminuídas. Entretanto, tanto as disposições quanto às transações foram resultados das formas redistributivas de integração, e não da ação das burocracias administrativas estatais. Enquanto Weber acredita que o poder da burocracia estatal, no Oriente, inviabilizava a formação de cidadãos que pudessem fazer frente ao poder do soberano, tornado-os muito mais dependentes do poder real que no Ocidente, Polanyi acredita que, a ausência de mercados era resultado de métodos administrativos poderosos fortemente mantidos nas mãos da burocracia central, pois, as transações sem ganho e as disposições reguladas pela lei revelavam uma esfera de liberdade pessoal nunca anteriormente vista na vida econômica do homem. Parece-nos aqui, que as formas de integração assumem uma importância superior àquela que Weber dedica à intervenção estatal nas formas de organização econômica. Por outro lado, tanto Weber quanto Polanyi vêem um incremento das transações econômicas no Ocidente. Enquanto Weber vê tais transações marcadas pela ausência de racionalidade econômica

voltada para o lucro, principalmente pela ausência de um mercado livre, não estamental, Polanyi não acentua a questão da racionalidade econômica para diferenciar o mundo antigo do moderno, mas sim o predomínio de certos tipos de integração e a presença do caráter transacional no Ocidente, a serviço da *pólis*, e disposicional no Oriente.

CONCLUSÃO

Em relação ao debate do *oikos*, Polanyi posicionou-se favorável aos primitivistas e, mesmo questionando a teoria evolucionista de Bücher e Rodbertus, foi simpático à ideia da limitação do papel dos mercados reguladores de preços (como o principal mecanismo de alocação) ao período moderno. Polanyi voltou-se para Weber, apesar de considerá-lo um defensor dos mercadistas em relação à teoria econômica. A historiografia institucional comparativa de Weber incorporava os *insights* dos primeiros primitivistas, deixando de lado, o evolucionismo e o reducionismo econômico do *oikos* como característica definidora da Antigüidade. Estes fatores aproximaram muito mais do que os motivos que podiam afastá-los, Polanyi de Weber.

Polanyi conseguiu ultrapassar a dicotomia entre racionalismo e irracionalismo das sociedades antigas, hipótese cara às reflexões weberianas. Ele rejeitou a hipótese de qualquer tipo de capitalismo no mundo antigo, tal como imaginou Weber, por entender, que o mercado auto-regulável, principal elemento característico do capitalismo, estava ausente do mundo antigo. Podemos dizer, também, que as formas de integração desenvolvidas por Polanyi constituem um modelo muito próximo da ideia de tipo ideal. Outrossim, sua ideia de *embeddedness* e *disembeddedness* ao associar *embeddedness* com as sociedades pré-capitalistas, e *disembeddedness* com as sociedades capitalistas, endossa o caráter utópico da análise de Weber, da relação de racionalismo associada ao capitalismo moderno e irracionalismo às sociedades pré-capitalistas.

BIBLIOGRAFIA

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1980.

GODELIER, M. **Antropologia y economia**. Barcelona: Anagrama. 1976.

GODELIER, M. **Horizontes da antropologia**. Lisboa: edições 70, 1977.

HOPKINS, T. la sociología y la concepción empírica de la economía. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C., PEARSON, H. **Comércio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor universitária, 1976, p. 317-352.

PEARSON, W. El debate secular sobre o primitivismo econômico. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C., PEARSON, H. **Comércio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor universitária, 1976, p. 51-59.

POLANYI, K.; ARENSBERG, M.; PEARSON, H.W. **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Tradução de Alberto Nicolás. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

POLANYI, K **The livelihood of man**. New York; San Francisco; London: Academic press, 1977.

POLANYI, K. On the comparative treatment of Economic Institutions in Antiquity with Illustrations from Athens, Mycenae, and Alalakh. In: DALTON, G. **Primitive, Archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi**. Boston: Beacon Press, 1968, p. 306-334.

POLANYI-LEVITT, K. **The life and work of Karl Polanyi**. A celebration. Montreal; New York: Black Rose Books, 1990.

WEBER, M. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R.I. London; New York: Verso, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. 2v.